

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.527.325 - DF (2019/0178104-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE** : MARIA IARA MENDES PEDROZA  
**ADVOGADOS** : FELLIPE CUNHA DANIEL - DF043801  
MATHEUS RIBEIRO DE ASSIS - DF043847  
LEANDRO MARTINS DE OLIVEIRA E SILVA - DF043321  
GABRIEL MACIEL DE MACEDO E MOREIRA - DF053009  
**AGRAVADO** : MARIA JOSE PEREIRA BARBOSA  
**ADVOGADO** : PABLO PICININ SAFE - DF022911  
**AGRAVADO** : BRASIL VEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS  
**ADVOGADOS** : KÁTIA MARQUES FERREIRA - DF030744  
LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS - DF038706  
LAYANE LIRA MOURA - DF041254  
FERNANDO O'REILLY CABRAL BARRIONUEVO - DF040859

**DECISÃO**

Trata-se de agravo (art. 1.042 do NCPC) interposto por **MARIA IARA MENDES PEDROZA** contra decisão que não admitiu recurso especial manejado com base na alínea "a" do permissivo constitucional.

O apelo nobre desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, assim ementado (fl. 106, e-STJ):

AGRAVO DE INSTRUMENTO E AGRAVO INTERNO. PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PATRIMONIAIS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. COMPROVAÇÃO. NECESSIDADE. SEGURO DE VEÍCULO. DENUNCIAÇÃO DA LIDE. AUSÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA. RECURSOS DESPROVIDOS.

1. A concessão da gratuidade de justiça prescinde da demonstração do estado de miséria absoluta; necessita, contudo, da demonstração de impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de sustento próprio ou da família.
2. A insuficiente demonstração da hipossuficiência econômica alegada enseja o indeferimento do benefício.
3. Para que seja deferida a denúncia da lide, o terceiro deve estar obrigado a ressarcir os prejuízos advindos ao denunciante na eventual procedência da ação principal.
4. Não procede o pedido de denúncia da lide se a demanda ressarcitória é movida apenas contra a condutora do veículo que, embora seja cônjuge do segurado, não tem qualquer relação jurídica com a seguradora litisdenunciada.
5. Agravo de instrumento e agravo interno desprovidos.

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões do recurso especial (fls. 117/157, e-STJ), a insurgente apontou violação aos arts. 98 e 99, §§ 2º e 3º do NCPC, e arts. 125, inc, II, do CPC e 2º do CDC.

Sustentou, em síntese: a) fazer jus a concessão da gratuidade judiciária, na medida que demonstrada a sua hipossuficiência; b) impossibilidade de exclusão da empresa seguradora da lide.

Contrarrazões (fls. 99-104, e-STJ).

Em juízo de admissibilidade, o Tribunal de origem negou seguimento ao reclamo (fls. 107-108, e-STJ), dando ensejo à interposição do presente agravo (fls. 111-125, e-STJ).

Contraminuta sustentando o acerto do decisum hostilizado (fls. 128-138, e-STJ).  
É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. Quanto à violação aos arts. 98 e 99, § 2º e 3º, do NCPC, constata-se que a parte recorrente pretende rediscutir a concessão do benefício da gratuidade de justiça.

Sobre o tema, o Tribunal de origem pontuou não estarem presentes os requisitos legais para a sua concessão, consoante se depreende dos seguintes excertos (e-STJ, fls. 112):

Indeferido o pedido liminar por esta Relatoria, a parte agravante interpôs agravo interno, no qual sustenta ter demonstrado sua hipossuficiência econômica nos autos do agravo de instrumento, além de juntar documentos novos aos autos (extratos de conta corrente e documento relativo ao imposto de renda), os quais sustenta reforçarem suas alegações.

Os extratos de conta corrente juntados apenas em sede de agravo interno, ao contrário do que afirma a agravante, não comprovam a sua impossibilidade de arcar com as despesas processuais. Pelo contrário, indicam a existência de numerário cuja impossibilidade de utilização para pagamento das custas processuais não restou demonstrada.

É cediço que o fato de a agravante ser servidora pública não é empecilho para a concessão do benefício da gratuidade de justiça, mas, acrescentado às alegações e documentos apresentados (residência da agravante em Águas Claras, o fato de dirigir veículo Toyota Corolla no momento do acidente, extratos bancários que comprovam a existência de numerário em conta corrente e inexistência de declaração/demonstração de quaisquer despesas arcadas pela agravante) impõem o indeferimento do benefício em questão.

Da ocasião da prolação de referida decisão liminar até o momento, a situação fático-jurídica em nada se alterou, devendo, pois, a fundamentação outrora expendida integrar as razões de decidir no julgamento meritório dos presentes recursos, visto que a matéria controvertida restou exaurida por oportunidade da análise do pedido liminar.

Dessa forma, observa-se que a conclusão a que chegou o Tribunal *a quo*, no sentido de indeferir a benesse pretendida, decorreu de convicção formada em face dos elementos fáticos existentes nos autos. Para a reforma do *decisum* seria necessário o reexame de provas, o que é defeso nesta fase recursal pelo teor da Súmula 7 do STJ.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS IMPUGNADOS. GRATUIDADE DA JUSTIÇA. PRESUNÇÃO RELATIVA DA NECESSIDADE FINANCEIRA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO NO CASO CONCRETO. SÚMULAS 7 E 83 DO STJ. AGRAVO INTERNO PROVIDO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO. 1. Em face da impugnação dos fundamentos da decisão de inadmissibilidade do recurso especial, o agravo interno merece provimento. 2. Nos termos da jurisprudência do STJ, o magistrado pode indeferir o pedido de assistência judiciária gratuita verificando elementos que infirmem a hipossuficiência da parte requerente, e que demonstrem ter ela condições de arcar com as custas do processo. Precedentes. 3. Agravo interno provido. Agravo em recurso especial conhecido para negar provimento ao recurso especial. (AgInt no AREsp 1477376/SC, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 20/08/2019, DJe 09/09/2019)

3. Quanto à denunciação à lide, no particular, assim concluiu o órgão julgador (fls. 114, e-STJ):

Em relação ao acolhimento da preliminar com fundamento na inexistência de relação jurídica entre a requerida/denunciante e a seguradora denunciada, houve adequada análise das circunstâncias e elementos da causa.

No "Questionário de Avaliação de Risco" constante da apólice de seguro, menciona-se que o condutor principal reside com pessoa(s) menor(es) de 26 anos que pode utilizar o veículo segurado no máximo dois dias na semana, não tendo sido declarada a agravante como condutora do automóvel (ID 4773910).

O art. 125, II, do CPC, dispõe ser admissível a denunciação da lide, promovida por qualquer das partes àquele que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo.

Para o deferimento da intervenção, deve o terceiro estar contratualmente obrigado a ressarcir os prejuízos advindos ao litisdenunciante na eventual procedência da ação principal, exigindo-se, portanto, para a denunciação da lide à seguradora, que aquele seja o beneficiário do seguro.

A agravante se envolveu em acidente de trânsito enquanto dirigia o veículo de seu cônjuge, proprietário do veículo. Contra a agravante foi proposta a ação originária.

O contrato de seguro foi firmado com o proprietário do veículo, que não faz parte da relação processual, razão por que não vislumbro obrigação de a seguradora indenizar a agravante, pois inexistente vínculo contratual entre ambas.

Com efeito, para concluir pela manutenção da sentença que julgou improcedente a denunciação à lide e reconheceu a legitimidade da ora agravante para a causa, o Tribunal local analisou detidamente o acervo probatório dos autos e interpretou as cláusulas do contrato em questão. Rever tal entendimento demandaria necessariamente o reexame das

provas dos autos e a interpretação de cláusula contratual, providências estas vedadas em sede de recurso especial, a teor das Súmulas 5 e 7 do STJ. No mesmo sentido, precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. CONTRATO DE EMPREITADA E FORNECIMENTO DE MATERIAL. MÁ EXECUÇÃO DA OBRA. DANO MATERIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO NOVO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. CONCLUSÃO ACERCA DA CULPA CONCORRENTE. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. [...] 2. O acórdão assentou o entendimento de que houve culpa concorrente no presente caso, na medida em que a empresa contratada pela agravante para supervisionar a execução da obra pela agravada não atentou para os defeitos na execução do serviço durante o seu andamento. Rever os fundamentos que ensejaram esse entendimento exigiria reapreciação do conjunto probatório, bem como na interpretação de cláusula contratual, o que é vedado em recurso especial, ante o teor das Súmulas 5 e 7/STJ. 3. Conforme já decidiu o STJ, "*não há que se falar em revalorização de provas por esta Corte quando o convencimento dos órgãos de instâncias inferiores foi formado com base em detida análise das provas carreadas aos autos, obedecendo às regras jurídicas na apreciação do material cognitivo*" (AgRg no Ag 1417428/RJ, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/09/2011, DJe 05/10/2011). 4. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1083279/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 26/09/2017, DJe 02/10/2017) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. RESSARCIMENTO POR PERDAS E DANOS. PAGAMENTO DE CHEQUES FRAUDULENTOS PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. ALEGAÇÃO DE ILEGITIMIDADE ATIVA. QUESTÃO PRECLUSA. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL. SÚMULA 5/STJ. [...] 3. A análise da questão referente à legitimidade passiva, com base nos contratos juntados nos autos, demanda reinterpretação de cláusula contratual. Incidência da Súmula 5/STJ. [...] 7. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 820.846/MA, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 12/09/2017, DJe 02/10/2017) [grifou-se]

4. Do exposto, com fundamento no art. 932 do NCPC e na Súmula 568/STJ, nega-se provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator